

REDE EQUIDADE
(Acordo de Cooperação Técnica nº 2021/0235)
4ª Reunião do Comitê Coordenador
2025

Data: 07/05/2025 (quarta-feira)

Horário: 15:00 – 16:53

Local/ferramenta: Videoconferência Plataforma Microsoft Teams

1. PAUTA

Nº	Descrição
1	Aprovação da adesão do Ministério do Esporte à Rede Equidade
2	Acompanhamento da execução do Plano de Ação;
3	Plano de Ação do Senado - parceria da Rede;
4	Evento de divulgação dos Comitês da Rede;
5	Informes Gerais

2. PARTICIPANTES

Nº	Nome	Instituição
1	Maria Terezinha Nunes Lui Teixeira Oliveira Jane Cecília Coutinho Rodrigues Ayô Maia Araújo de Almeida Stella Maria Vaz Santos Valadares	Senado Federal - SF
2	Ábiner Augusto Mendes Gonçalves Jane Aurelina Timóteo de Queiroz Elias	Empresa Brasil de Comunicação - EBC
3	Marcela de Oliveira Timóteo	Tribunal de Contas da União - TCU
4	Camilla Kely Pacheco Perpétuo	Ministério das Comunicações - MCom
5	Andreia Oliveira de Siqueira	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT
6	Tereza Cristina Jurema Garrido Karla Bezerra Correia Arêdes	Superior Tribunal de Justiça - STJ
7	Erico Alessandro Fagundes	Conselho da Justiça Federal - CJF
8	Claudete da Silva Lima Martins	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
9	Lydiane Machado e Silva	Ministério Público do Trabalho - MPT
10	Alessandra Matos de Araujo	Advocacia-Geral da União - AGU
11	Edilson Santos da Costa	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO

12	Alana Carvalho Maysa da Silva Santos	Ministério da Defesa - MD
13	Florinda dos Reis Leal	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
14	Clarissa Tolentino Ribeiro Estrela	Câmara dos Deputados - CD
15	Suely de Oliveira	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS
16	Iara Cristina da Silva Alves (Katia Regina Souza Simoes	Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
17	Nathalia Winkelmann Roitberg	Serviço Geológico do Brasil - SGB
18	Andréa Araujo Alves de Souza Erika Fernanda Simão Lyra Patrícia Tesch de Abreu	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
19	Marcia Alves de Figueiredo	Ministério de Minas e Energia - MME
20	Michelle Vieira De Almeida Luciano dos Santos Gonçalves Dorenice De Fátima Abranches Monteiro Verly Paloma Campos do Nascimento	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
21	Roberta Guerra Holder Belfort Campos	Controladoria-Geral da União - CGU
22	Silvana Areal	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR
Ausências Justificadas: Superior Tribunal Militar		

3. ASSUNTOS TRATADOS

No dia 07 de maio de 2025, às 15 horas, teve início a quarta reunião virtual do Comitê Coordenador da Rede Equidade do ano de 2025, contando com as presenças acima nominadas. A coordenadora da Rede Equidade, Maria Terezinha Nunes, saudou a plenária, os/as integrantes se cumprimentaram e, após, foi dado início à reunião, conforme registro que segue. **Item 01. Aprovação da adesão do Ministério do Esporte à Rede Equidade.** Após esclarecimentos, pela coordenação, quanto ao procedimento, a adesão foi aprovada. Na oportunidade, a coordenadora lembrou que o prazo para exercício da coordenação pelo Senado vence em março de 2026, estimulando a candidatura dos demais partícipes, explicou que as atividades administrativas referentes à formalização de adesão, por força do Acordo de Cooperação, e a alimentação do Portal da Rede continuarão com a Equipe Rede do Senado, o que representaria cerca de 50% de suas atividades. Invertendo a pauta, a coordenadora passou para o item 3, deixando o acompanhamento do Plano de Ação para o final. **Item 03. Plano de Ação do Senado - parceria da Rede.** A coordenadora da Rede e a coordenadora do COPRIG – Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, Stella Maria Vaz, explicaram que existem dois planos de ação: um interno do Senado Federal, gerido pelo

COPRIG e o Plano de Ação da Rede, em separado, executado coletivamente pelos/as representantes da Rede. No plano de ação anterior do Senado, algumas ações foram incluídas em parceria com a Rede, sob a responsabilidade da Equipe Rede do SF, por serem assuntos internos. Stella, Coordenadora do COPRIG, mencionou que estão começando os preparativos para o plano de equidade do Senado (bianual, o quarto plano), realizando reuniões setoriais para levantar ações, lembrou que no último Plano foi previsto e criado um vídeo institucional da Rede e a aplicação do Modelo IDE no Senado; nesse novo Plano o objetivo é recolher novas ideias para execução conjunta e, assim, convidou os partícipes da Rede para parcerias. Terezinha mencionou um curso em vista no tema do Programa de Assistência a Mulheres em Situação de vulnerabilidade em decorrência da Violência Doméstica e Familiar (cota 2%), convidando partícipes parceiros que estão em fase de implementação dessa cota para contribuírem na realização do curso; Stella mencionou que já existe a possibilidade de um encontro sobre a cota 2% em agosto, mas a criação de um curso novo para o plano de ação também seria interessante. Marcia sugeriu que fossem criados cursos introdutórios ou glossário no tema IDE considerando que cada partícipe tem suas definições e seria importante a Rede avançar nessa temática. Após a discussão do item 3 da pauta, Andrea Araújo, inspirada pelo tema da cota instituída no Programa acima, trouxe um assunto muito interessante que gerou intenso debate entre as/os participantes e proposta de estudo e elaboração de documento trazendo a realidade dos partícipes, quanto a defasagem no número de mulheres em seus quadros funcionais, com propostas e sugestões visando responder a seguinte pergunta: **como incluir mais mulheres em áreas/profissões tradicionalmente ocupadas por homens, por meio de concurso público?** Andrea relatou o quanto faz falta ter mais mulheres em áreas que são ainda, majoritariamente, ocupadas por homens, a exemplo das áreas financeira e de “stem”, trouxe algumas barreiras que se interpõem as mulheres que se candidatam em concursos para essas carreiras, desde o conteúdo do edital à falta de tempo em decorrência da sobrecarga do cuidado, que histórica e socialmente recai sobre as mulheres, entre outros fatores; Andrea sugeriu a proposta de cotas nos concursos públicos para aumentar esse quantitativo, até que se alcance a paridade; Marcela concordou sobre a importância do debate, informou que há uma defasagem grande no número de mulheres no TCU, o que os concursos não trazem mais mulheres que homens, no último trouxe 21% de mulheres, devido às causas aqui apontadas, concluindo que se for esperar naturalmente que isso ocorra, vai demorar muito para que a paridade seja alcançada, e que qualquer medida adotada deverá observar a interseccionalidade; trouxe a experiência do Itamaraty que instituiu uma ação afirmativa para que se tenha mais mulheres na segunda fase do concurso, validada pelo MGI; Marcia informou que no âmbito das vinculadas do MME estão estimulando ações na área da educação, cursos técnicos e incentivos para trazer mulheres para as áreas “stem”; Paloma ressaltou a importância dessa discussão e a Rede fazer uma proposta, sem deixar de incluir a interseccionalidade de raça e deficiência; destacou, ao final, que seria interessante as universidades realizarem ações de incentivo que atraiam mais meninas para as áreas das engenharias; Alessandra informou que essa discussão já foi travada no âmbito da AGU e se depararam com a questão legislativa, elogiou a ação do Ministério do Itamaraty e reforçou a importância da parceria com o MGI e, ao final, concordou quanto a Rede elaborar o documento para chamar a atenção quanto ao problema, embasando com dados; Abiner trouxe a informação de que a CEF lançou seu novo estatuto e incluíram uma cláusula que os cargos de liderança devem ter um terço ocupado por mulheres, observou que mesmo as mulheres tendo mais anos de estudo, isso não se reverte nos concursos, muito em decorrência da dupla jornada de trabalho; Roberta ressaltou a importância de embasar o

estudo com dados, concordou com Marcela de que os concursos não tem trazido mulheres suficientes para alcance da paridade e destacou o precedente do Itamaraty; Lydiane concordando com a importância da discussão e ação da Rede nessa questão, informou que o CNJ, por meio da Presidente Rosa Weber, instituiu uma lista exclusiva para Mulheres para cargos da administração superior da justiça e Ministério Público Estadual em que a disparidade é grande, que o MPT tem cotas nos concursos para grupos vulneráveis, pessoas negras, indígenas, trans; sugeriu que a proposta seja ampliada para incluir recomendações não só no ingresso, mas também no desenvolvimento das carreiras e que a paridade seja observada nos cargos de livre nomeação e exoneração; Terezinha agradecendo o rico debate, pontuou as dificuldades de implementação de cotas de gênero e quando tem, no caso de cotas para mulheres na política, a dificuldade de sua efetivação, e o fato de que na cota para pessoas negras nos concursos não ter uma subcota para as mulheres negras, é sintomático das dificuldades de alcance da igualdade de gênero, concordou com a proposta de trazer um documento da Rede que expresse toda essa discussão e traga recomendações/sugestões para alcance da paridade, com embasamento em dados, tanto no acesso quanto nos cargos de liderança; Marcela, Roberta e Lydiane, complementando suas falas anteriores, destacaram a importância de levar adiante um estudo específico, com proposta de alteração legislativa, dados consistentes dos últimos concursos e também trazer as experiências do Itamaraty e do CNJ quanto à aplicação das ações que visam a inclusão de mais mulheres em seus quadros; Stella sugeriu incluir a sugestão no e-cidadania e buscar apoios para que se torne sugestão legislativa; fechando o debate, Florinda informou que na ANS há paridade em torno de 48%/52% do quadro efetivo, inclusive na distribuição de cargos comissionados e que pode compartilhar esses dados a quem interessar, disse que essa pauta avançou bastante na ANS, embora ainda haja espaço para progresso nos cargos diretivos mais altos. **Item 04. Evento de divulgação dos Comitês da Rede.** A coordenadora Terezinha esclareceu que se trata de um evento de divulgação dos Comitês de cada órgão da Rede, que era uma ação pensada para março, mas não foi possível sua realização, cujo objetivo final seria a divulgação das diversas ações já implementadas pelos comitês, utilizando a estrutura de divulgação do Senado ou de outro partícipe; nesse sentido informou que convidou o COPRIG, Comitê do SF para a primeira edição do evento, mas que o ideal seriam dois ou três partícipes, compartilhando suas experiências e ações. O título proposto foi "Encontro de Comitês" a iniciar no segundo semestre; Andréia sugeriu que não fosse apenas para fora, mas também para que os comitês compartilhassem entre si as melhores práticas para melhorar os processos. Seguiu-se amplo debate e, ao final, foram apresentadas mais duas propostas: 1) que o "encontro de comitês" ocorra nas reuniões mensais da Rede; 2) que o "encontro de comitês" seja levado para o seminário da Rede do final do ano. Após ampla discussão, foram aprovadas as propostas de encontro de comitês, a partir de evento a ser gravado e disponibilizado para o público externo, via YouTube ou outro meio e o encontro de comitês, de modo mais informal, durante as reuniões mensais da Rede. A proposta de que o tema seja levado para o seminário da Rede não foi submetida a aprovação da Plenária, considerando que será encaminhada previamente à análise do GT-5, responsável pela organização do Seminário. **Informes Gerais.** Marcia Figueiredo divulgou o seminário que será realizado pela manhã do dia 19/05 e pelo apoio do TCU, SF e TJDFT na organização das visitas técnicas que serão realizadas pelo Comitê COGEMMEV; Florinda deu notícia sobre a publicação da Política de enfrentamento à violência laboral, assédio sexual e moral na ANS, a qual, após um ano e meio de trabalho colaborativo, foi publicada uma resolução administrativa sobre o tema em 28 de abril, um avanço, considerando que as mulheres são as maiores vítimas;

acrescentou que no dia 17 maio se celebra o dia internacional contra a homofobia e estão organizando um evento no Teams e o seu desejo é compartilhar para todos/as da Rede, contribuindo, assim, para a execução do Plano de Ação, com relação a capacitação na temática. Retornando ao **Item 02. Acompanhamento da execução do Plano de Ação**. Terezinha, considerando o adiantado da hora, faz muito rapidamente uma atualização do andamento do Plano, pelos Grupos de Trabalho, oportunidade em que esclareceu que toda ação realizada pelos partícipes, em relação a eventos de sensibilização e capacitação, após análise do GT e plenária, poderá vir a contribuir para o cumprimento do Plano de Ação; Andreia Siqueira solicitou que mais partícipes realizem a aplicação do Modelo IDE e, após, que abram a possibilidade para entrevista, essa uma das metas do GT-1. Após agradecimentos à participação de todas/os e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h53. Ata redigida por Jane Cecília Coutinho Rodrigues, Maria Terezinha Nunes e revisada por Maria Terezinha Nunes, do Senado Federal, e, após, enviada por e-mail, para validação eletrônica das/os presentes.

